

**TRABALHO ESCRAVO NA AMAZÔNIA: A NEGAÇÃO DA JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL E A CRÍTICA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO EM
PORTO VELHO (2008-2024)¹**

**SLAVE LABOR IN THE AMAZON: THE DENIAL OF SOCIO-
ENVIRONMENTAL JUSTICE AND A CRITIQUE OF THE DEVELOPMENT
MODEL IN PORTO VELHO (2008-2024)**

**TRABAJO ESCLAVO EN LA AMAZONÍA: LA NEGACIÓN DE LA JUSTICIA
SOCIOAMBIENTAL Y UNA CRÍTICA AL MODELO DE DESARROLLO EN
PORTO VELHO (2008-2024)**

Wania Aparecida Leôncio²

Adriana Vieira da Costa³;

O presente trabalho se insere no debate do Grupo de Trabalho (GT) "Sustentabilidade, Justiça Socioambiental, Bioeconomia e Geração de Renda na Amazônia", focando na Justiça Socioambiental como pilar central. O objeto de estudo é a persistência do trabalho análogo à escravidão no município de Porto Velho, Rondônia, no período de 2008 a 2024.

A análise se concentra em demonstrar como a exploração de mão de obra em condições degradantes é um sintoma da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico adotado na região, especialmente em atividades como a pecuária, o extrativismo e o desmatamento, que são vetores de degradação ambiental e social.

O objetivo principal deste estudo é compreender as vulnerabilidades sociais e as dinâmicas de exclusão que sustentam o trabalho escravo contemporâneo em Porto Velho,

¹ Resumo apresentado ao GT Sustentabilidade, Justiça Social, Bioeconomia e geração de Renda na Amazônia, na 4ª Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia: Os desafios para os direitos humanos na era digital.

² Wania Aparecida Leôncio, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça – PPG/DHJUS/UNIR, e-mail: waniaaparecida3@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1836026435622505> Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1640-558X>

³ Adriana Vieira da Costa, Doutora em Direito pelo Centro Universitário de Brasília-CEUB, e-mail: adriana.vieira@unir.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4041759939091973> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1821-8668>

articulando essa análise com a crítica ao modelo de ocupação da Amazônia e a negação da Justiça Socioambiental.

Busca-se, especificamente:

1. Identificar os padrões territoriais e setoriais das ocorrências de trabalho escravo no período analisado, correlacionando-os com as áreas de expansão de atividades econômicas predatórias.

2. Analisar a interação entre a fragilidade da fiscalização estatal, a vulnerabilidade socioeconômica de migrantes e a perpetuação do ciclo de exploração.

3. Posicionar o combate ao trabalho escravo como um pré-requisito fundamental para a transição a um modelo de Bioeconomia e Geração de Renda que seja, de fato, sustentável e justo.

A reflexão teórica se fundamenta em um diálogo interdisciplinar que conecta o Direito do Trabalho e os Direitos Humanos com a Sociologia do Desenvolvimento e a Geografia Crítica da Amazônia.

As bases teóricas incluem:

- Crítica ao Desenvolvimento e Ocupação da Amazônia: A análise se apoia em autores como José de Souza Martins (1997), e Berta Becker (2005), que problematizam a "modernização conservadora" e as contradições das fronteiras amazônicas, onde o progresso econômico convive com antigas formas de dominação e exclusão social.

- Trabalho Escravo Contemporâneo e Estrutura Social: O estudo dialoga com as obras de Leonardo Sakamoto (2016) e Ricardo Rezende Figueira (2019), que desvendam como o trabalho escravo se alimenta da pobreza, do isolamento e da ausência estatal.

Além disso, a discussão sobre a naturalização da exploração e o racismo estrutural é abordada por meio de autores como Jessé Souza (2017), e Ângela Figueiredo (2020),.

- Justiça Socioambiental: O conceito é utilizado para argumentar que a degradação ambiental e a exploração humana são indissociáveis. A ausência de dignidade no trabalho é um reflexo direto da ausência de um projeto de desenvolvimento que respeite tanto o meio ambiente quanto os direitos humanos.

A pertinência e relevância deste trabalho para o GT são inquestionáveis, pois ele aborda a face mais brutal da injustiça socioambiental na Amazônia.

1.Relevância Empírica: Porto Velho lidera o número de resgates em Rondônia, conforme dados do projeto “Escravo, Nem Pensar!” (2024), evidenciando a urgência de uma análise aprofundada sobre as dinâmicas locais que perpetuam essa violação. A pesquisa contribui com dados e análises para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

2.Relevância Teórica para o GT: O trabalho oferece um contraponto crítico aos discursos de Bioeconomia e Geração de Renda. Ele demonstra que qualquer proposta de Sustentabilidade na Amazônia será vazia se não enfrentar a raiz da exploração do trabalho. A erradicação do trabalho escravo é, portanto, o teste de fogo para a efetividade da Justiça Socioambiental e para a legitimidade de um novo modelo de desenvolvimento na região.

O estudo se justifica como um chamado à ação, buscando contribuir para que o trabalho na Amazônia seja, finalmente, livre, digno e humano, alinhando a proteção dos direitos humanos à preservação ambiental.

Referências

- [1] Martins, J. S. (1997). Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano. Hucitec.
- [2] Becker, B. (2005). Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos. Revista Brasileira de Geopolítica.
- [3] Sakamoto, L. (2016). Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil. Editora XYZ.
- [4] Figueira, R. R. (2019). Trabalho Escravo: Um crime contra a humanidade. Editora Vozes.
- [5] Souza, J. (2017). A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato. Leya.
- [6] Figueiredo, Â. (2020). Racismo e o mundo do trabalho. Editora Boitempo.